



FRANCISCO ALVES E A PROFISSIONALIZAÇÃO DO ESCRITOR NO BRASIL (1882-1916)¹

Aníbal Bragança

Numa das *Cartas Literárias*, sobre “Editores,” de 1895, o escritor Adolfo Caminha investe contra a espécie de autor que “não se incommoda muito com essa questão de brio ou dignidade litterária” e “tanto lhe faz que o editor lhe offereça um conto de réis ou um níckel por sua obra.”²

A historiografia brasileira do livro vem cometendo o mesmo erro. Sem perceber as diferenças, por carência de pesquisas documentais, coloca todos os editores da época de Caminha no mesmo saco. E certos equívocos acabam sendo repetidos, com foro de verdade.

Desses enganos historiográficos tem sofrido a figura do livreiro e editor Francisco Alves. Nem mesmo o ato de destinar sua considerável fortuna, por testamento, à Academia Brasileira de Letras, o livrou de um perverso julgamento que pretende reduzi-lo a um mero negociante que “vendia livros, como poderia vender carne seca ou batatas.”³

Neste trabalho serão abordados alguns aspectos dessa questão. Um deles é o equívoco de incluir Francisco Alves entre os editores estrangeiros que se instalaram no Brasil no século XIX; outro é o de ignorar sua contribuição para a modernização da indústria editorial brasileira e, especialmente, para a profissionalização do escritor.

UM EDITOR ESTRANGEIRO?

Em geral, Francisco Alves é incluído entre os maiores editores estrangeiros que surgiram no século XIX, no Rio de Janeiro:

*O novo estágio só ocorre a partir do estabelecimento em terras cariocas, dos doublé de editor e livreiro Laemmert, Garnier e Francisco Alves. Seus nomes tornam-se marcas que dominarão a produção e distribuição de livros ao longo da segunda metade do século passado, cruzando inclusive a soleira do seguinte. Os livreiros e editores estrangeiros que aqui aportaram representavam, via de regra, firmas francesas, interessadas em manter um mercado que, embora limitado, se mostrava cativo da cultura do país de onde provinham.*⁴

Não se trata, evidentemente, de lembrar que Francisco Alves tinha se tornado cidadão brasileiro em 1883 ou que veio para o Brasil, a primeira vez, ainda adolescente. A diferença fundamental é que Garnier e Laemmert, apenas estes (do trio), vieram para o Brasil como profissionais, formados em seus países de origem, representando interesses de livreiros e editores estrangeiros. Suas empresas no Brasil eram satélites ou subordinadas, em maior ou menor grau, às suas matrizes.⁵ Incluíam-se no processo de expansão do comércio livreiro europeu, especialmente o francês, da época.⁶

A história de Francisco Alves de Oliveira é outra. Nascido em Portugal, chegou ao Brasil com quinze anos, trabalhou em outro ramo de comércio antes de se iniciar no setor livreiro como alfarrabista. Formou-se livreiro no Brasil. Após regressar à terra natal, Cabeceiras de Basto, no Minho, foi chamado de volta por seu tio Nicolau Antônio Alves, português, dono da Livraria Clássica, fundada no Rio de Janeiro em 1854. Veio, então, definitivamente instalar-se na Corte. Veio para ficar e logo requereu a cidadania brasileira.

Após poucos anos, em 1883, assumiu a direção da empresa, já conhecida como Livraria Alves. Em 13 de setembro de 1897, com a retirada do tio, a livraria passou a denominar-se simplesmente Francisco Alves. Nunca foi filiada a empresas estrangeiras, nem representante de interesses que não os do próprio país.⁷

O crescimento empresarial de Francisco Alves levou-o, isto sim, a comprar livrarias e editoras, no Rio de Janeiro, em São Paulo e na Europa. Dentre outras, em Portugal adquiriu todo o fundo editorial da importante A Editora – sucessora de David Corazzi, Editor – e parte da centenária Livraria Bertrand, tornando-se um de seus sócios principais;⁸ em Paris, comprou parte da Livraria Aillaud. No Brasil, detinha, nas primeiras décadas deste século, parcela considerável de todo o comércio livreiro.⁹ Com muito zelo e cuidados, administrava todos os seus interesses do escritório de sua matriz no Rio de Janeiro. Frequentemente, ele ou seu sócio, Manuel Pacheco Leão, iam à Europa acompanhar de perto o desenvolvimento de seus negócios.

Foi, portanto, Francisco Alves um editor brasileiro que, de forma pioneira e, até hoje, incomum, teve empresas afiliadas no estrangeiro. Ao contrário do que afirmam Nelson Werneck Sodré e Laurence Hallewell.¹⁰ O desconhecimento desta realidade deve-se, principalmente, às enormes carências de pesquisa neste novo campo da história cultural que é o da história das editoras.

Creemos, também, que parte dos equívocos se devam à leitura acrítica do retrato que o antilusitanismo brasileiro da crise do Império e da Primeira República fez do imigrante Francisco Alves.

Um dos mais virulentos panfletários da época, Antônio Torres (1885-1934), notório lusóforo, enxertou em artigo sobre a Academia referências raivosas sobre Francisco Alves.¹¹ Mesmo o excelente memorialista Luiz Edmundo, antilusitanista, contribuiu com sua antipatia para a imagem até hoje dominante da personalidade e da ação do livreiro e editor.¹²

No que se refere, especificamente, ao confronto com os seus concorrentes, Garnier e Laemmert, o enquadramento de Francisco Alves deve ser entendido no contexto da francofilia de nossa *Belle Époque*. No começo do século, afirma Luiz Edmundo, “persistimos franceses, pelo espírito e, mais do que nunca, a diminuir por esnobismo tudo que seja nosso. (...) Bom, só o que vem de fora. E ótimo, só o que vem da França.”¹³ A Garnier era a “sublime porta.”

Ao mesmo tempo, como afirma Hallewell: “No fervor do seu nacionalismo recém-descoberto, o Brasil passou a responsabilizar a herança portuguesa pelo atraso nacional e a identificar tudo o que era francês como moderno e progressista.”¹⁴

FRANCISCO ALVES, MONTEIRO LOBATO E O PIONEIRISMO

Outra explicação possível para o borramento da figura de Francisco Alves na nossa historiografia certamente está num certo ufanismo paulista que encontrou em Monteiro Lobato um suposto “ponto zero” da nossa indústria editorial. Grande escritor, rica personalidade, editor arrojado e inovador, Monteiro Lobato a isto aliou sua grande habilidade para promover suas idéias, seus produtos e a si próprio, contribuindo assim para ofuscar o trabalho dos que o precederam no campo editorial. Suas referências ao “velho Alves” nem sempre eram justas.¹⁵ E isto numa época em que São Paulo começou sua caminhada para impor-se ao Rio de Janeiro na luta pela hegemonia na vida cultural do país.

Certas fontes registram Monteiro Lobato como o fundador da indústria editorial brasileira. Nelson Palma Travassos chega a afirmar: “O aparecimento literário de Monteiro Lobato em 1918, com a publicação do livro *Urupês*, deve valer como o início de nova era cultural, social e econômica do Brasil.”¹⁶

E, mais enfático ainda, “Dom João VI criou a Imprensa Nacional. Monteiro Lobato criou o livro no Brasil. O mais foi Idade Média.”¹⁷

O amigo e biógrafo Edgard Cavalheiro afirma:

*Convém recordar que até então não tínhamos tido verdadeiramente um editor nacional. (...) Francisco Alves especializara-se em livros didáticos, lançando, esporadicamente, um ou outro medalhão, em geral acadêmico. Aliás, a pobreza de nossa literatura no período que vai da morte de Machado de Assis (1909) até o aparecimento de “Urupês” (1918) é muito grande. Pelo menos quanto aos prosadores. Pouco se escrevia; não se publicava quase nada.*¹⁸

Sobre este quadro o crítico Brito Broca tem opinião diferente. Escrevendo na mesma época, reconhece:

*A atividade editorial dessa livraria [Francisco Alves], restringida apenas a obras didáticas, foi grande no plano literário até 1920, mais ou menos.*¹⁹

A Francisco Alves editou *O Seminarista*, de Bernardo Guimarães, em 1889 e *Coração*, de Edmondo De Amicis, traduzido por João Ribeiro, em 1891; em 1905, lançou a 2ª edição, definitiva, de *O Ateneu*, de Raul Pompéia, dentre outras obras de literatura; publicou até 1910, Olavo Bilac, Júlia Lopes de Almeida, José de Alencar, o português Carlos Malheiro Dias etc. Em 1911, lançou a 4ª edição de *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, *A Esfinge*, de Afrânio Peixoto, e *A Carne*, de Júlio Ribeiro, grandes sucessos editoriais. Durante toda a década, apesar de a edição de livros didáticos continuar a ser o forte da casa, a editora de Francisco Alves foi também importante na área de literatura.

OS DIREITOS AUTORAIS E A PROFISSIONALIZAÇÃO DO ESCRITOR

As autoras de *A formação da leitura no Brasil* afirmam: “Só na primeira década do século XX vem de um então desconhecido Monteiro Lobato o testemunho do que pode ser considerado, no contexto brasileiro, uma precoce percepção da natureza da relação que o mundo moderno impõe ao escritor,” e que antes dele só há “indícios, esgarçados na maioria das vezes,” que atestam as “frágeis manifestações de profissionalização do escritor.” E concluem, enfáticas: “Com Monteiro Lobato estamos no século XX.”²⁰

Mesmo citando, como citam, Olavo Bilac, que afirma ter a sua geração literária aberto as portas dos jornais e vencido a inépcia e o medo dos

editores, só lhe reconhecem parcialmente a afirmação. Bilac, é certo, admite que mesmo tendo a sua geração varado léguas e léguas de desertos morais, desbravado sertões, fundado cidades, “há ainda, de certo, muitas léguas por varar, muitos sertões por desbravar, muitas cidades por fundar; mas nem tudo há de ser feito por uma só geração.”

No entanto, nesse mesmo discurso, em que agradecia a homenagem por ter sido eleito o Príncipe dos poetas brasileiros, em 1907, Bilac foi, num certo trecho, bem claro: “transformamos o que era então um passatempo, um divertimento, naquilo que é hoje uma profissão, um culto, um sacerdócio; estabelecemos um preço para o nosso trabalho, porque fizemos desse trabalho uma necessidade primordial da vida moral e da civilização da nossa terra.”²¹

Tal afirmação aponta claramente para o espaço profissional que se começa a estabelecer em nossa sociedade para o homem de letras. Não apenas na imprensa periódica, também nas editoras.²²

Apesar desse avanço, que continuou, a geração de Monteiro Lobato viveu, ainda, um tempo em que, afirma Miceli, “toda a vida intelectual era dominada pela grande imprensa que constituía a principal instância de produção cultural da época e que fornecia a maioria das gratificações e posições intelectuais.”²³

Enquanto a Europa vivia o pleno “triumfo do livro” e até, para alguns, uma preocupante “leituromania,” no Brasil, ao comentar o lançamento de *Casa de Pensão*, de Aluísio Azevedo, em 1884, Valentim Magalhães afirma: “É notável a escassez do gênero romance no mercado litterário do Brazil.” Ao buscar as razões dessa escassez aponta, primeiro, a dificuldade do romancista poder viver do seu trabalho. E continua: “A outra cousa que concorre para a mortal anemia do romance é a ausência completa de editores, a falta absoluta de homens desesperados que se atrevam a editar romances originais.”²⁴

Lamentavelmente o negócio editorial teve instalação muito tardia em nosso país. Como foi, é bom lembrar, mais demorado ainda o processo de organização de um sistema escolar adequado ao desenvolvimento da educação e da formação de novos horizontes intelectuais para a maioria da população. Isto resultou em lento avanço do interesse e do gosto pela leitura.

A construção do lugar social do escritor profissional, do autor que pode viver de seus direitos autorais ou, ao menos, que tenha remuneração digna pelo seu trabalho, com acesso a contratos justos, é um longo processo de lutas, de várias gerações.

Este processo, no entanto, só pode avançar se esta mesma sociedade oferecer as condições para o crescimento econômico, o desenvolvimento técnico e o fortalecimento profissional dos editores.

No Brasil, com a ampliação das camadas médias urbanas, a partir das décadas de vinte e trinta deste século, houve, finalmente, possibilidades de

um fortalecimento da indústria editorial, com a expansão do mercado da leitura. O contexto midiático, no entanto, já era outro, tendo o livro de enfrentar a grande popularidade do cinema, que vem de antes, e, logo a “era do rádio.”²⁵

OS CONTRATOS

Na carta sobre “Editores,” citada, Adolfo Caminha denuncia os editores que “têm a coragem de oferecer duzentos, trezentos mil réis por uma edição de mil exemplares de qualquer obra litteraria feita a capricho, verdadeiramente boa, em cujas paginas fulgura o talento de um escriptor notavel.” E mais, afirmando que no Brasil “a profissão de escriptor é a mais desgraçada de todas as profissões,” conclama “aos moços de talento: não se deixem dominar pela sanguesuga, reajam contra a mystificadora influência dos editores, porque, ou elles procedem com equidade remunerando a intelligencia dos que trabalham, ou morrem de anemia profunda...”²⁶

O romancista cearense havia publicado em 1893 *A Normalista*, em 1894 *No país dos Yankees*, e ainda nesse mesmo ano de 1895, além das *Cartas Literárias*, o seu romance *Bom Creoulo*. As *Cartas*, sem indicação de editora, impressas, certamente por sua conta, na Tipografia Aldina, do Rio de Janeiro. Os demais pela Livraria Moderna, de Domingos Magalhães, tida por Hallewell como a principal editora de literatura na década de 1890.

Anteriormente, Adolfo Caminha havia publicado *Vôos Incertos* (1886) e *Judite ou lágrimas de um crente* (1887), ambos pela livraria de Serafim José Alves, a quem faz referência na mesma carta sobre os editores, ao comentar a sua reação ao saber da morte do editor Baptiste Louis Garnier, ocorrida em 1893: “Não chorei porque... porque não tive a mínima vontade, como não choraria pela morte do Sr. Seraphim Alves ou de qualquer outro livreiro da rua de S. José, por mais honesto que fosse.”

Embora seu biógrafo considere que o aspecto da atuação de Adolfo Caminha que mais notoriedade lhe deu, na época, foi “o panfletário, o escritor de tom polêmico,”²⁷ sua veemência em denunciar a ganância dos editores certamente é decorrente de sua experiência pessoal.²⁸

Desconhecemos as tentativas do autor que resultaram infrutíferas; entretanto, temos os dados referentes aos contratos dos três livros publicados por Domingos de Magalhães. Em 17 de março de 1893 o autor assinou o contrato para a primeira edição de *A Normalista*, de 1.000 exemplares, que lhe assegurava cem exemplares da obra e mais 10% sobre a venda do livro “caso a edição se esgote no praso de trez mezes a contar da data de seu apparecimento;” na cláusula 3ª ficava estabelecido que “O autor Adolpho Caminha compromette-se a não exigir mais exemplares da referida primeira edição em caso algum.”

O contrato para a edição de *No Paiz dos Yankees*, assinado em 15 de abril de 1894, estabeleceu que a edição seria de 2.000 exemplares e que o autor receberia a quantia de Rs 400\$000 (quatrocentos mil réis), pagos em duas prestações iguais, uma no ato da assinatura e outra trinta dias após o “volume estar à venda;” isto além de 25 exemplares, que pela cláusula 3^a, “não poderão ser vendidos pelo autor.”

O contrato para a edição de *Bom Creoulo* previa a tiragem de cinco mil exemplares e foi assinado em 15 de outubro de 1894. O autor recebeu Rs 2:000\$000 (dois contos de réis), pagos em três prestações: duas de Rs 500\$000 cada e a última de Rs 1:000\$000, prevista para pagamento trinta dias depois de estar à venda o livro. Foi paga em 30 de dezembro de 1896, véspera da morte do autor, falecido antes de completar 30 anos.

Os contratos são fontes fundamentais para se conhecer aspectos importantes da política editorial. Mais do que isso, como afirmam Lajolo & Zilberman, eles “não só fixam a gama de direitos e deveres a serem negociados entre escritores e editores; eles registram o tratamento dispensado pela sociedade aos produtores de cultura.”²⁹ A modernidade ou o atraso da nossa indústria editorial e, ao mesmo tempo, do lugar social do escritor poderão estar inscritos neles.

Para não incorreremos no erro apontado por Adolfo Caminha é necessário conhecer as formas de remuneração praticadas na época, para discernir entre os editores que remuneraram dignamente, dentro das condições de seu tempo, daqueles que não o fazem.

Francisco Alves publicou mais de 500 títulos, entre 1882 e 1916.³⁰ Analisamos 35 contratos que se referem a diversos tipos de obras, representativos de seu variado fundo editorial: escolares, ficção, poesia, universitários, infantis, jurídicos etc. Incluem autores de nomes conhecidos, como Júlia Lopes de Almeida, Olavo Bilac, Coelho Neto, Manoel Bomfim, Felisberto de Carvalho, Affonso Celso, Raul Pompeia, Afrânio Peixoto e outros não tão expressivos. Os contratos estendem-se por todo o período de atuação do editor, além de representarem todas as formas habituais de contratos utilizadas pela casa.³¹

Pesquisando esse universo, no que se refere a formas de contrato, tiragens, montante e condições de pagamento dos direitos autorais e preço de capa, encontramos que a forma de “parceria” nos lucros foi a preferida por Francisco Alves. Esta forma – cinquenta por cento para o autor e cinquenta por cento para o editor – que hoje não mais se pratica, quando feita com editores honestos e competentes com o controle de custos, parece-nos a mais vantajosa, dentre todas, para o autor.³² Principalmente, quando, como era a prática de Francisco Alves, não se incluíam as despesas de propaganda, nem de administração. Mais ainda, neste caso, quando havia prejuízo na publicação,

este era bancado exclusivamente pelo editor. O inconveniente para o autor poderia ser um certo retardamento no auferir os lucros, já que eles só seriam distribuídos após o pagamento das despesas de produção gráfica. Francisco Alves, no entanto, fazia adiantamentos por conta dos lucros esperados.

Entretanto, quer a compra definitiva dos direitos, quer o contrato com direitos autorais pagos a partir de percentuais sobre o preço de catálogo, foram também praticados. No primeiro caso, em média, Francisco Alves pagou Rs 2:890\$000 por obra adquirida, quase sempre à vista, na assinatura do contrato. Quando o contrato remunerava o autor com percentual do preço de capa, o editor pagava, em média, 20% sobre o valor estabelecido, antecipadamente, por milheiro colocado à venda. Olavo Bilac chegou a receber 25% sobre o preço de capa de seu volume *Poesias*, conforme o contrato para a publicação da 5ª. edição da obra, em 25.5.1908, que lhe rendeu, antecipadamente, R\$ 2:250\$000, apenas nessa edição. A média das tiragens, no universo pesquisado, que incluía livros didáticos, foi de 5.100 exemplares.

CONCLUSÃO

João Ribeiro, editor durante anos do *Almanaque Brasileiro Garnier*, de seu concorrente, e autor de inúmeras obras de poesia, filologia, história, escolares etc., lançados por vários editores, do Brasil e de Portugal,³³ fez sobre Francisco Alves este depoimento:

Em mãos de outros ou nas minhas, gramáticas e compêndios nada valeriam e disso fiquei certo por algumas experimentações decisivas. Era o editor com o seu serviço admirável de propaganda, com o seu gênio e atividade que dava imensos valores a coisas insignificantes. Esta é a verdade. (...)

Ele pagava o meu trabalho e em melhores condições que outros quaisquer; e a isso juntava outras gentilezas e liberalidades que eu não encontrei jamais entre os seus concorrentes.³⁴

Estas palavras, escritas logo após a morte do editor, poderiam ser apenas homenagem ao falecido. Mas é possível confrontá-las com um bilhete³⁵ do autor, manuscrito, do mesmo ano, em que se dirige a Francisco Alves nestes termos:

Rio, 9 de fever. 1917

Snr. Alves

Recebi a conta corrente por onde vejo que, como amigo que sempre tem sido, fixou em 1:000\$ r. o meu trabalho de correção do História. É

realmente uma quantia muito superior ao que, em consciência, o trabalho merecia. Assim muito agradeço o valioso obséquio que acaba de fazer.

João Ribeiro

A prática do editor que remunera dignamente os seus autores e tradutores indica muito mais do que eventual generosidade. Marca uma visão empresarial, moderna e pragmática. Tal política, reconhecida por todos que com Francisco Alves negociaram, expressa e é parte do processo social de profissionalização do escritor e do editor.

Como um retrato dos limites do mercado de leitores na época, que, em parte, permanece, os autores mais beneficiados foram os de obras didáticas e paradidáticas. Mas não só eles.

A relação de Francisco Alves com os autores, tanto de livros escolares quanto os demais, era correta e digna. Os contratos, além de demonstrarem respeito pelos autores, eram cumpridos fielmente. Isso, aliado ao trabalho, dedicação e competência do empresário, fez da Livraria Francisco Alves a primeira grande editora brasileira.

O depoimento de Olavo Bilac em relação às conquistas de sua geração certamente também partiu de sua experiência pessoal. Como no poema de Fernando Pessoa, Caminha e Bilac relatavam coisas diferentes sobre o mesmo fato. E ambos falavam a verdade.

Há ainda que apresentar um testemunho muito importante, dado por um autor que só depois viria a ser editado pela Casa. É uma bela página de Raul Pompéia publicada no Jornal do Commercio, de 28 de setembro de 1891, que merece ser lida por inteiro.³⁶ Foi escrita para comentar o lançamento da tradução brasileira do livro *Cuore*, de Edmond de Amicis, feita por João Ribeiro.³⁷ Alguns trechos, que se referem ao trabalho do editor:

... ninguém merece mais como colaborador obscuro mais fecundo do nosso progresso do que os editores Alves & C., que acabam de publicar o Coração transplantado para o vernáculo por João Ribeiro.

Quando é tão comum ver-se a educação do povo vendida a retalho pelo que fica mais em conta, e quando é tão comum o desgraçado espetáculo do comércio afrontosamente perpetrado contra as mais sagradas conveniências da constituição moral do povo, aproveitando-se cada informante da consciência pública, cada educador do espírito do povo da confiança que bem ou mal soube merecer para mais rendosamente desencaminhar e trair; é grato reconhecer a lealdade, a dedicação sadia e honesta com que nesse vasto campo de ação trabalha essa casa editora.

São comerciantes; não querem ser mais do que isso. Quanto estamos longe, porém, dos sacerdócios azinhavadros que por aí andam escandalizando a moralidade com a eterna missa negra da especulação! São comerciantes. Mas escolheram para seu negócio o comércio de livros; no comércio de livros, a especialidade dos livros de educação popular; e nesta especialidade, conhecendo quanto deles depende, fixaram-se no ponto de vista da mais segura e inteligente honradez.

(...) como livreiros e como editores, Srs. Alves & C. escrupulizam no seu negócio como na prática de um sério dever. (...) Suas edições principalmente se impõem pelo cuidado da mais honesta e mais lúcida escolha.

E falando-se de suas edições é preciso acentuar que eles as pagam.

E ainda que nesta terra a palavra editor seja sinônimo de ganância, de escavação esfaimada de hiena, no cérebro alheio eles não têm que corar de serem editores entre nós.

Ainda não há muito pagavam ao próprio João Ribeiro que acaba de traduzir o Cuore oito contos por uma gramática e têm convencionado que a cada nova edição pelo trabalho de rever as provas impressas, darão ao nosso ilustre filólogo e escritor quatrocentos mil réis. Um pouco mais do que usam fazer os editores de seiscentos mil réis pela propriedade dos mais brilhantes e dos mais populares dos mais procurados, monumentos da nossa literatura e de traduções a cem mil réis furta de consumir meses inteiros de fadigas.

Antes de encerrar, e para que este trabalho não pareça cego às possíveis e necessárias críticas ao editor Francisco Alves, vamos apresentar alguns indícios de um caso de erro de seu faro editorial:

Na *Correspondência* de Lima Barreto aparece um bilhete de Olavo Bilac, sem data, mas com a indicação de Lima de ser de 1911, nestes termos:

Quarta feira, meio dia.

Meu caro L. Barreto.

Falei hoje ao Alves, que me disse: “Em princípio, a coisa está feita; mas não pode ser feita já, senão daqui a alguns meses.” Insisti, mas em vão. Desculpe o fracasso da boa vontade do seu muito admirador.

Bilac³⁸

Os organizadores da correspondência afirmam que o assunto tratado seria a reedição da obra *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, que fora lançada em Portugal pela Livraria Clássica, de A. M. Teixeira, em 1909, sem qualquer remuneração para o Autor;³⁹ e, ainda, que Lima já havia procurado antes Francisco Alves.

Outro bilhete, de cinco anos depois, agora do amigo Antônio Noronha Santos, dirigido a Lima Barreto:⁴⁰

15-8-1916

Uma e trinta da manhã.

Meu caro Barreto.

O Godoi ordena-me que te comunique o seguinte: o Tobias conversou com o Alves a teu respeito. O dito Alves está com boas disposições para contigo, disposições de verdadeiro Mecenaz.

E creio mesmo que está pronto a editar um livro teu, ou a reeditar o Isaías. Isto você tratará com ele.

Será bom que vás o mais depressa possível. (...)

A.

Lima Barreto não deixou depoimentos sobre esses possíveis encontros com Francisco Alves. Publicou seu segundo livro *Triste fim de Policarpo Quaresma*, em 1916, por sua própria conta, com dinheiro emprestado. A 2ª edição de *Recordações do escrivão Isaías Caninha* também foi custeada por ele, em 1917. *Bruzundangas*, escrito nesse mesmo ano, foi vendido “definitivamente” por Rs 70\$000 (setenta mil réis) ao editor Jacintho Ribeiro dos Santos.

Não se pode garantir que se Lima Barreto passasse a integrar o grupo dos autores da Casa seu trágico destino pessoal teria sido outro. Em 1918, finalmente, Lima Barreto recebeu uma oferta decente para a edição de seu livro *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá*. Monteiro Lobato, um contista que surgia como editor, ofereceu-lhe “50% dos lucros líquidos” pagáveis “à medida que se forem realizando.” Mas atendeu ao pedido de Lima de um adiantamento de Rs 800\$000.

O livro foi “bem recebido pela crítica,” mereceu prêmio da Academia Brasileira, mas se constituiu num “péssimo negócio.”⁴¹ Foi um dos fracassos do editor. O livro não vendeu e o autor teve de esperar a posteridade para alcançar a glória.

Poderíamos estar aqui, agora, glorificando também o faro de Francisco Alves.

Bibliografia

- ALBUQUERQUE, Medeiros e. *Homens e cousas da Academia Brasileira*. Rio de Janeiro: Renascença, 1934.
- ALMEIDA, Álvaro de. *O centenário da "Livreria Francisco Alves."* In: Revista da Academia Brasileira de Letras, ano 53, v. 88. Rio de Janeiro: ABL, 1954.
- BARBOSA, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto (1881-1922)*. 3ª. ed., def. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.
- BARRETO, A. H. Lima. *Correspondência*, I. Org. Francisco de Assis Barbosa. São Paulo: Brasiliense, 1956.
- BILAC, Olavo. *Últimas conferências e discursos*. Rio de Janeiro: Livreria Francisco Alves, 1927.
- BRAGANÇA, Aníbal. "Lendo a história editorial de *Os Sertões* de Euclides da Cunha: as edições Laemmert." In Revista Horizontes, vol. 17. "Dossiê: Memória Social da Leitura." Bragança Paulista, SP: Universidade São Francisco, 1997.
- _____. "Revisões e provas. Notas para a história editorial de *Os Sertões* de Euclides da Cunha. As edições de Francisco Alves." In Revista de História das Ideias, n° 20, "O livro e a leitura." Coimbra, Portugal: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. 1999.
- _____. *Livraria Ideal, do cordel à bibliofilia*. Niterói, RJ: Pasárgada/Ed. UFF, 1999b.
- _____. "A política editorial de Francisco Alves e a profissionalização do escritor no Brasil," in ABREU, Márcia (org.). *Leituras, histórias e história da leitura*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2000.
- BROCA, Brito. *A vida literária no Brasil - 1900*. Rio de Janeiro: Livreria José Olympio Editora, 1975.
- CAMINHA, Adolpho. *Cartas Literárias*. Rio de Janeiro: Tip. Aldina, 1895.
- CAVALHEIRO, Edgard. *A correspondência entre Monteiro Lobato e Lima Barreto*. Rio de Janeiro: MEC, 1955.
- COSTA, Marcos de Farias. *João Ribeiro, bibliografia anotada e comentada*. Maceió: Sec. de Estado da Educação e do Desporto e Lazer, 1998.
- DOMINGOS, Manuela D.. *Estudos de sociologia da cultura: livros e leitores do século XIX*. Lisboa: Instituto Português de Ensino à Distância, 1985.
- EDMUNDO, Luiz. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. 5 vols. Rio de Janeiro: Conquista, 1957.
- HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história* / trad. Maria da Penha Villalobos e Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: T. A. Queiroz: Ed. da Universidade de São Paulo, 1985.
- KOSHIYAMA, Alice Mitika. *Monteiro Lobato: intelectual, empresário, editor*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1982.
- LAJOLO, Marisa & ZILBERMAN, Regina. *A leitura rarefeita: livro e literatura no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- _____. *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo: Ática, 1996.
- LOBATO, Monteiro. *Prefácios e entrevistas*. São Paulo: Brasiliense, 1948.
- MACHADO NETO, Antônio Luís. *Estrutura social da república das letras: sociologia da vida intelectual brasileira, 1870-1930*. São Paulo: Grijaldo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1973.
- MAGALHÃES, Valentim. *Escritores e escriptos: perfis literários e esboços críticos*. Rio de Janeiro: Typografia e litografia de Carlos Gaspar da Silva, 1889.
- MICELI, Sergio. *Poder, sexo e letras na República Velha*. São Paulo: Perspectiva, 1977.
- _____. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil, 1920-1945*. São Paulo: DIFEL, 1979.

- MONIZ, Edmundo. *Francisco Alves de Oliveira*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1943
- POMPÉIA, Raul. *Crônicas 4*. Org. Afrânio Coutinho. Obras, 9. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira / Olac / Fename, 1982.
- RIBEIRO, Saboia. *Roteiro de Adolfo Caminha*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1957.
- SARAIVA, José Antonio. *Bertrand: a história de uma editora*. Lisboa: Bertrand, 1979.
- SENNA, Ernesto. *O velho comércio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Garnier Irmãos, s/d.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- TORRES, Antonio. *Pasquinadas cariocas*. Rio de Janeiro: Livraria Castilho, 1921.
- TRAVASSOS, Nelson Palma. *Minhas memórias dos monteiros lobatos*. São Paulo: EdArt, 1964.
- _____. *Nos bastidores da literatura*. São Paulo: Editora Clube do Livro, 1974.
- UNWIN, Sir Stanley. *O que é uma editora* / trad. Dr. José Francisco dos Santos. Rio de Janeiro: Record, s/d.

Notas

- ¹ Este trabalho é uma versão revista e resumida do texto “A política editorial de Francisco Alves e a profissionalização do escritor,” parte de pesquisa sobre a história de Francisco Alves, com vistas à obtenção do doutorado em Comunicação e Cultura na ECA/USP. Com apoio do PICD/CAPES/MEC.
- ² Caminha, 1895: 147-156. Ver também Machado Neto, 1973: 80 e Lajolo & Zilberman, 1996: 79-80.
- ³ Miceli, 1979: 70. Ver a respeito: Bragança, 1999a.
- ⁴ Lajolo & Zilberman, 1991: 144. Ver também: Miceli, 1979: 69.
- ⁵ Senna, s/d: 19 e 43.
- ⁶ Hallewell, 1985: 125 e seg.; 160 e seg.
- ⁷ Moniz, 1943; Almeida, 1954: 61-77; Hallewell, 1985: 206.
- ⁸ Saraiva, 1979. Ver também: Domingos, 1985: 91.
- ⁹ Sodré afirma que “chegou a absorver 90% do comércio de livros no Brasil” (Sodré, 1966: 215), o que é um exagero.
- ¹⁰ Sodré, 1966: 238; Hallewell, 1985: 215. Ver também: Koshiyama, 1982: 24.
- ¹¹ Torres, 1921: 129-137.
- ¹² Edmundo, 1957: 742-746.
- ¹³ Edmundo, 1957: 701.
- ¹⁴ Hallewell, 1985: 126.
- ¹⁵ Por exemplo: “Havia umas tantas galinhas velhas – Alves, Garnier, Briguiet – que de vez em quando botavam um livro. Uma edição de mil exemplares durava a vida inteira,” foi a resposta de Monteiro Lobato à pergunta de um jornalista sobre como eram as edições no tempo em que ele começou sua carreira de editor. E logo a seguir: “Ah, fui um editor revolucionário.” *In* Lobato, 1948: 277.
- ¹⁶ Travassos, 1964: 13.
- ¹⁷ Travassos, 1974: 132.
- ¹⁸ Cavalheiro, 1955: 9-10.
- ¹⁹ Broca, 1975: 146.
- ²⁰ Lajolo & Zilberman, 1996: 88-89.
- ²¹ Bilac, 1927: 69-81.

- ²² Olavo Bilac passou a editar na casa de Francisco Alves em 1904. Em 1917 toda a sua obra era publicada por essa editora.
- ²³ Miceli, 1977: 15.
- ²⁴ Magalhães, 1889: 93.
- ²⁵ Bragança, 1999b.
- ²⁶ Caminha, 1895: 56.
- ²⁷ Ribeiro, 1957: 55.
- ²⁸ É esta também a opinião de Machado Neto, 1973: 80.
- ²⁹ Lajolo & Zilberman, 1996: 63.
- ³⁰ Francisco Alves faleceu em 29 de junho de 1917. A editora é hoje a mais antiga em funcionamento no país.
- ³¹ Veja todos os resultados da pesquisa em: Bragança, 2000, base deste texto.
- ³² Ver a respeito: Unwin, s/d: 48 e segs.
- ³³ Ver: Costa, 1998.
- ³⁴ Ribeiro, João. “Uma recordação pessoal,” *O Imparcial*, 2.7.1917. Rio de Janeiro, *in* Moniz, 1943: 87-95.
- ³⁵ Arquivo da Editora Francisco Alves.
- ³⁶ Pompéia, 1982: 383-385.
- ³⁷ Desconhecida por Costa, 1998.
- ³⁸ Barreto, 1956: 229.
- ³⁹ Ver: Barbosa, 1964: 156 e segs.
- ⁴⁰ Barreto, 1956: 107.
- ⁴¹ Cavalheiro, 1955: 13-25